



DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
Ano XIV – nº 87 – Porto Alegre, quinta-feira, 25 de abril de 2019

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ

PUBLICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

19ª VARA FEDERAL DE CURITIBA

PORTARIA Nº 521, DE 12 DE ABRIL DE 2019.

Regulamenta, no âmbito da 19ª Vara Federal de Curitiba (PR) a aplicação do §5º do artigo 23 da Resolução TRF4 nº 17/2010 (citações ou intimações a serem encaminhadas pelo Correio quando a parte interessada não for isenta de custas ou beneficiária de gratuidade de justiça.

O Meritíssimo Juiz Federal **ANDRÉ LUIS MEDEIROS JUNG** e a Meritíssima Juíza Federal Substituta **MARIZE CECÍLIA WINKLER**, da 19ª Vara Federal de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO as alterações promovidas pela Resolução TRF4 nº 15/2019 em relação à Resolução TRF4 nº 17/2010, notadamente o § 5º do artigo 23 que determina à Secretaria das unidades a disponibilização das cartas (citação, intimação ou notificação) para que a parte interessada, caso não seja isenta de custas ou beneficiária da assistência judiciária gratuita, encaminhe à parte adversa e posteriormente comprove nos autos a remessa com o respectivo aviso de recebimento,

RESOLVEM

Art. 1º. Nas execuções fiscais desta unidade, movidas pelos conselhos profissionais, as cartas de citação e intimação serão expedidas e assinadas eletronicamente pelo(a) servidor(a) responsável, sendo imediatamente disponibilizadas nos autos a fim de que os conselhos profissionais as encaminhem à parte executada pelo correio, com o respectivo aviso de recebimento.

§ 1º A carta de citação ou intimação da parte executada pessoa física deverá ser encaminhada com aviso de recebimento em mãos próprias (ARMP).

§ 2º A carta de citação ou intimação da parte executada pessoa jurídica poderá ser encaminhada com aviso de recebimento simples, desde que se destine ao endereço do domicílio fiscal da pessoa jurídica.

§ 3º A carta de citação ou intimação da parte executada pessoa jurídica, quando encaminhada ao endereço da pessoa física por ela responsável, deverá ser encaminhada com aviso de recebimento em mãos próprias (ARMP).

Art. 2º. A Secretaria deverá referir, na carta de citação ou intimação, **todos** os endereços da parte executada que estejam ativos nos cadastros disponíveis da unidade.

Art. 3º. Assinada eletronicamente a carta de citação ou intimação, com imediata disponibilização nos autos do processo eletrônico, a parte exequente será intimada eletronicamente da expedição e para que

junte aos autos, no **prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis**, o aviso de recebimento dos correios, informando a entrega ou não da correspondência.

§ 1º. Caso a carta não seja entregue ao destinatário pelos motivos "mudou-se" ou "desconhecido", o conselho profissional exequente **deverá**, com a juntada do AR não entregue, requerer o cabível ao prosseguimento do feito, ciente do contido na súmula 435 do STJ, quando a parte executada for pessoa jurídica.

§ 2º. Caso o motivo da não entrega da carta seja "ausente", "não procurado", "não existe o número indicado", "endereço insuficiente" ou "recusado", a Secretaria expedirá o respectivo mandado para citação ou intimação da parte executada.

§ 3º. Nos casos mencionados nos parágrafos anteriores, a expedição de eventual edital e/ou mandado pela Secretaria, para suprir o respectivo ato, pressupõe a comprovação, nos autos, pela parte interessada, da tentativa frustrada de entrega pelo correio em todos os endereços incluídos na carta no momento de sua expedição.

Art. 4º. Decorrido o prazo referido no artigo anterior, **sem** a observância de todos os requisitos lá estabelecidos, o curso da execução fiscal será suspensa pelo período de 01 (um) ano, e, após, os autos serão arquivados provisoriamente, sem baixa na distribuição, nos termos do artigo 40, *caput* e § 2º, da Lei nº 6.830/1.980.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica para situações decorrentes de intimações de penhora, as quais serão analisadas pelo juízo casuisticamente.

Art. 5º. A intimação eletrônica do conselho profissional exequente para encaminhamento da carta de citação ou intimação à parte executada, será acompanhada de ato ordinatório constando a advertência referida no artigo 4º, acima, dispensando-se nova intimação do ato que suspender o curso da execução.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Encaminhe-se esta Portaria à Direção do Foro da Seção Judiciária do Paraná e à Corregedoria-Regional, para conhecimento, nos termos do art. 221, §1º, do Provimento nº 62/2017.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Medeiros Jung, JUIZ FEDERAL**, em 23/04/2019, às 15:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marize Cecilia Winkler, Juiz Federal Substituto**, em 23/04/2019, às 16:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **4625057** e o código CRC **1A593D93**.